

CLIPPING IMPRESSO

07/05/2022



INDICE

1. ASSESSORIA	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1
2. PRESIDÊNCIA	
2.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	2 - 4

ENTREVISTA

Paulo Velten



Por um TJMA resoluto e transparente

Paulo Velten, recém empossado como presidente do TJMA, revelou a O Imparcial como conduzirá sua gestão nos próximos quatro anos à frente da justiça maranhense.

PÁGINA 3

ENTREVISTA

Por um TJMA resoluto e transparente

Paulo Velten, recém empossado como presidente do TJMA, revelou a O Imparcial como conduzirá sua gestão nos próximos quatro anos à frente da justiça maranhense.

RAIMUNDO BORGES
DIRETOR DE REDAÇÃO

Em entrevista exclusiva a **O Imparcial**, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, que tomou posse há uma semana, resume o projeto de sua gestão em quatro eixos, os quais resolutividade, justiça qualificada, mostrar a importância do Poder Judiciário para a população e transparência nos atos praticados em todas as suas instâncias. Para ele, os principais problemas do Judiciário não estão na sua estrutura, mas no extrajudicial, os cartórios.

Paulo Velten tocou num tema atual hoje: as fake news e a liberdade de imprensa. disse o seguinte: “Rapidamente, eu posso te dizer que a imprensa, ela é a fiadora da democracia. Não existe democracia efetiva sem imprensa livre. E eu acredito que fake news, a má distribuição de notícias, só pode ser combatida pela boa imprensa. Quanto mais ataques vierem à democracia, nós temos que reforçar cada vez mais, com mais democracia”.

Desembargador, o senhor acaba de tomar posse como presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, quais são as metas para marcar sua gestão?

Paulo Velten – Construir uma Justiça de proximidade, calcada em quatro eixos: governança, resolutividade, integridade e transparência. Governança, no sentido mais amplo da expressão, é: governar administrando a uni-



FOTOS RIBAMAR PINHEIRO

PAULO VELTEN QUER UM PODER JUDICIÁRIO MAIS PRÓXIMO DA POPULAÇÃO

dade de trabalho, o processo judicial e, também, a governança para a decisão. Resolutividade, porque a gente precisa entregar a prestação jurisdicional em tempo razoável – o que é um mandamento constitucional – então, não adianta proferir uma boa e bem fundamentada decisão se ela chega tarde. Justiça tardia, já dizia Ruy (Barbosa), é uma verdadeira injustiça, manifesta e qualificada. O outro eixo é o da integridade. Nós exigimos um bom comportamento da sociedade, julgamos o sujeito que se desvia do bom comportamento, então temos que dar o exemplo, a partir de nossa casa. Precisamos trabalhar para reforçar, cada vez mais, os valores da independência, da imparcialidade, da atuação em

conformidade com a Constituição, com as leis e com os nossos códigos de conduta.

Já no último eixo, é o eixo da transparência. É fazer o que nós estamos fazendo aqui agora. É melhorar a nossa comunicação com a sociedade através da imprensa – da boa imprensa, que faz a notícia chegar – e fazer com que o cidadão conheça como, qual o papel do Poder Judiciário, qual o papel do Tribunal e por que ele funciona, como funciona e por que não funciona de outra forma. Então, esse diálogo franco e aberto com a sociedade é que vai, certamente, propiciar que a gente avance aí no aprimoramento do Poder Judiciário no Estado do Maranhão.

Transparência, liberdade de imprensa e fake news



O senhor foi corregedor-geral da Justiça até entrar na presidência do Tribunal, quais são os principais problemas que constatou?

Percebi que, ao contrário do que eu imaginava, o maciço dos nossos problemas não estava no judicial e, sim, no extrajudicial, aqueles detentores da delegação: os cartorários. Tradicionalmente, a Corregedoria sempre dedicou muita atenção – uma atenção especial – com a fiscalização, orientação e até disciplina do serviço judicial. Mas, tradicionalmente também, não se via, talvez por uma ausência de estrutura – eu quero crer, menos até do que por vontade do corregedor – nós não tínhamos condições de chegar junto ao extrajudicial, de verificar o que se passa por lá. Minha energia na Corregedoria era muito mais consumida por esse serviço extrajudicial. E aí nós tivemos que fazer um reforço na equipe, aprimorar a nossa forma de realizar as inspeções, atuar fortemente na prestação de contas daqueles interinos. Então, nós fizemos uma atividade com muita intensidade nessa área e tivemos êxito na melhoria da reputação desse serviço. Agimos para fazer o que era necessário fazer, em termos de correção, de punição mesmo e de disciplina, porque havia necessidade dessa disciplina.

E teve punição?

Sim, várias. Não foi uma só, inclusive no âmbito judicial. A imprensa toda acompanhou, nós tivemos que fazer isso. E é muito bom se registrar que ninguém faz isso com prazer. Não há nenhuma alegria em você punir colegas, punir delegatários. Mas nós

fizemos, porque o ofício exigia isso e sempre respeitando o devido processo legal, o direito de defesa, o contraditório, mas tivemos que cumprir isso. E nunca fui o corregedor sozinho. Eu sempre fazia isso com apoio do plenário, onde se julgava esses processos.

Estamos saindo da maior crise da pandemia, a do coronavírus, e isso impactou todas as atividades humanas. No Tribunal de Justiça e no Poder Judiciário, de um modo geral, as tecnologias digitais entraram de vez. Até que ponto o TJ está preparado para absorver essas mudanças?

Nós estamos plenamente preparados. Primeiro, porque já vínhamos investindo nessa área. E, quando a pandemia chegou, lá em março de 2020, foi muito fácil da gente se adaptar ao modo de trabalho remoto. Mas o Judiciário fez isso com muita rapidez. Tanto é verdade que nós, em nenhum momento, tivemos a interrupção da prestação dos nossos serviços e, em alguns cenários, tivemos o aumento da produtividade. Então, o Tribunal hoje está à altura desse novo desafio. O que nós temos que fazer agora é continuar investindo em tecnologia e fazer com que a tecnologia seja um avanço permanente do serviço da Justiça.

Eu gostaria de saber se a transparência que o senhor falou lá no começo em relação à imprensa, à liberdade de imprensa, uma questão muito discutida ultimamente, inclusive colocada em xeque. E a questão das fake news. O senhor pode resumir tudo isso aí numa posição.

Rapidamente, eu posso te dizer que a imprensa, ela é a fiadora da democracia. Não existe democracia efetiva sem imprensa livre. E eu acredito que fake news, a má distribuição de notícias, só pode ser combatida pela boa imprensa. Não há outra forma de se combater a má informação, a infor-

mação falsa, a informação de má qualidade. Quem faz isso é a boa imprensa, é aquela que traz a informação correta, que traz a informação clara e acessível ao cidadão. Então, eu penso que nós vamos resolver eventuais problemas que nós temos aí nesse caminho, de construção de instituições sólidas, exatamente apostando na democracia. Quanto mais ataques vierem à democracia, nós temos que reforçar cada vez mais, com mais democracia.

A sua gestão, Paulo Velten, em relação aos demais poderes. Qual é o foco?

É um diálogo institucional, claro, sereno, colaborativo, maduro. Acima de tudo, nós temos que saber que os Poderes de Estado devem atuar com independência, harmonia, pensando sempre no destinatário dos nossos serviços. Judiciário, Executivo e Legislativo, a rigor, são especializações do mesmo Estado. Então, nós temos que, cada qual, na sua área, atuando sempre em cooperação, dialogando e avançar para entregar o melhor serviço possível para o cidadão.

O senhor, no discurso de posse, falou da união do tribunal. O que significa essa colocação de “união interna” na cúpula do Poder Judiciário?

É que nós trabalhamos num colegiado. E é bom lembrar que a decisão proferida pelo colegiado, ela recebe o nome de acórdão. O que é o acórdão? É um acordão. Então, para você acordar, você tem que ter a maturidade suficiente para dialogar, para, eventualmente, ceder em posições, lembrando sempre que esse diálogo colaborativo é o instrumento necessário para o trabalho que a gente faz. Então, o passado, essa refrega da eleição, da disputa, nós temos que trabalhar com a união, em prol do Poder Judiciário. Isso está bem retratado também no meu comportamento, na minha conduta. O Judiciário tem o dever de estar unido em prol da sociedade, em prol do cidadão.

Justiça & Cidadania

Antonio Carlos Lua acarloslua@folha.com.br



Extermínio dos povos indígenas

No Brasil existe um plano criminoso de extermínio de povos indígenas. O ar brasileiro ficou rarefeito. Está difícil respirar em um país que sufoca, maltrata, negligencia, incita a violência e oprime sua população com uma política que prega abertamente o extermínio dos povos indígenas. A política de violência e marginalização dos indígenas adotada pelo Governo Federal significa uma sentença de morte para os povos amazônicos originários, que estão à mercê da violência dos invasores de suas terras e ameaçados com incêndios incentivados pela omissão governamental, que tem como objetivo favorecer a exploração predatória dos bens naturais na região amazônica.

Nesse sentido, o Conselho Indigenista Missionário, órgão institucional da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) publicou relatório denunciando o aumento da violência contra a etnia Yanomami, cobrando medidas de proteção aos indígenas e ao território onde vivem há milhares de anos.

Cada vez mais cenários aterrorizantes protagonizados por garimpeiros se apresentam em territórios dos povos amazônicos originários. É estarrecedor o avanço do garimpo em áreas indígenas do Amazonas e Roraima, seja em terras Munduruku, dos povos do Vale do Javari, ou nas terras do povo Yanomami.

Recentemente, uma menina indígena de 12 anos foi estuprada por garimpeiros que invadiram a comunidade Aracaçá, região de Waikás, onde desapareceu outra criança de três anos numa situação de extrema desumanidade, consequência da política genocida assumida pelo Governo Federal.

É assustador o aumento de garimpeiros na zona indígena Yanomami. Mais de 20 mil garimpeiros circulam hoje nas terras ocupadas pela referida etnia, ameaçando e desmatando áreas verdes para implantação de garimpos, poluindo rios, violentando e matando pessoas, inclusive crianças.

O crescimento expressivo do garimpo na área do povo Yanomami aumentou a frequência e a intensidade das ameaças à vida dos povos indígenas. Os impactos socioambientais decorrentes da invasão de garimpeiros se multiplicam, comprometendo a alimentação saudável com a poluição de rios devido ao uso intensivo de mercúrio, causando danos irreversíveis à natureza e à saúde dos indígenas.

Estudos desenvolvidos pela Fundação Oswaldo Cruz constataram índices elevadíssimos de mercúrio no sangue de indígenas na Amazônia, além da incidência de doenças neurológicas entre recém-nascidos na comunidade Yanomami.

Na Amazônia, as pistas comunitárias que deveriam atender às equipes de saúde estão sendo usadas para operações e abastecimento do garimpo ilegal. Os postos de saúde nas áreas da etnia Yanomami foram completamente abandonados. As vacinas e os medicamentos destinados aos indígenas estão sendo desviados para o atendimento exclusivo de garimpeiros.

Violência

Um dos capítulos mais cruéis do ataque de garimpeiros ao povo Yanomami, em Roraima, segue sem solução. Foi a morte de uma adolescente de 12 anos, vítima de estupro cometido por garimpeiros, que devastam com violência territórios indígenas.

Tensão

Sem uma base de proteção permanente da Funai, o garimpo se mantém como o principal indutor da violência contra os indígenas na região amazônica, criando um clima de tensão e medo imposto por garimpeiros.

Terror

O ouro e a cassiterita extraídos ilegalmente em terras indígenas não bastam aos garimpeiros. Eles usam a fome e bebidas alcoólicas para explorar sexualmente crianças e mulheres indígenas. As vítimas vivem um clima permanente de terror e angústia.

Arma

O fogo no Brasil está sendo usado como arma para o avanço da grilagem de terras e a expulsão de comunidades de seus territórios, provocando impactos ambientais tais como seca e desmatamento. A Amazônia é reserva da biodiversidade, é também uma reserva cultural que deve ser preservada diante dos novos colonialismos

Conflitos

Com o endosso do Governo Federal, Mas o ouro e a cassiterita extraídos ilegalmente não bastam. Os garimpeiros usam a fome e bebidas alcoólicas para explorar sexualmente crianças e mulheres. As vítimas vivem um clima permanente de terror e angústia.

Endosso

Com o endosso do Governo Federal, o fogo vem sendo usado no Brasil como arma para o avanço da grilagem de terras e a expulsão de comunidades de seus territórios, provocando impactos ambientais tais como seca e desmatamento.

Ameaça

O futuro dos Yanomami está ameaçado. Crianças estão nascendo com má formação por consequência do garimpo ilegal. Algumas mães são obrigadas a enterrar as que não sobrevivem. Outras têm de lidar com a interrupção da gestação.

Disputa

A Amazônia é uma terra disputada em várias frentes. Por um lado, tem o neoextrativismo e a forte pressão de grandes interesses econômicos que apontam sua ganância sobre petróleo, gás, madeira, ouro, monoculturas agroindustriais.